



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Brejões

1

Sexta-feira • 7 de Julho de 2017 • Ano VII • Nº 1531

Esta edição encontra-se no site: www.brejoes.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

Prefeitura Municipal de Brejões publica:

- **Lei Nº 924 de 06 de Julho de 2017** - Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária Anual de 2018 e da outras providências.



Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

Leis



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÕES
ESTADO DA BAHIA

Administração: Alessandro Rodrigues Brandão Correia



LEI Nº 924/2017

Lei das Diretrizes Orçamentárias 2018.

Equipe Técnica:



Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: L92TCVNIVZXCPEW0/1Q2SW

Esta edição encontra-se no site: www.brejoes.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

LEI Nº 924 DE 06 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária Anual de 2018 e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJÕES, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com os arts. 62 e 159, §2º da Constituição Estadual e art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Brejões para o exercício de 2018, compreendendo:

- I – As prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;
- II – A Estrutura e Organização dos Orçamentos;
- III - As Diretrizes para a Elaboração e a Execução dos Orçamentos e suas alterações;
- IV – As disposições das alterações na legislação tributária;
- V – As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – As disposições sobre a dívida pública municipal;
- VII – As disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas para o exercício Financeiro de 2018 serão especificadas no ANEXO DAS AÇÕES E METAS ADMINISTRATIVAS que integrará a Lei que estabelecer o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021.

Parágrafo Primeiro: Na elaboração e durante a execução do Orçamento do Exercício Financeiro de 2018, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

definidas no anexo de que trata o *caput*, aumentando e ou diminuindo, incluindo e ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Paragrafo Segundo: o Anexo com as Metas e Prioridades Administrativas para o Exercício Financeiro de 2018 serão estabelecidas em anexo específico da Lei do PPA Quadriênio 2018/2021.

Art. 3º No estabelecimento das ações que serão contempladas na Lei Orçamentária do Exercício de 2018 a Administração Municipal observará as seguintes diretrizes gerais:

- I - valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;
- II - austeridade na utilização dos recursos públicos;
- III - fortalecimento da capacidade de investimento do Município, em particular para as áreas sociais básica, infra-estrutura e agricultura;
- IV - empreender iniciativas e ações sociais, econômicas, educacionais e culturais;
- V - priorização para os projetos de educação fundamental, proteção para criança, saúde e saneamento básico;
- VI - preservação do interesse público e defesa de seu patrimônio, inclusive ambiental;
- VII - obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal, através da instituição e regulamentação dos tributos que sejam de sua competência tributária, bem como o estabelecimento de sistemas adequados de fiscalização, arrecadação, controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa.
- VIII - modernização e ampliação da infra-estrutura, identificação da capacidade produtiva do município, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, utilizando parcerias com outras esferas do governo, bem como a iniciativa privada.

Art. 4º As Prioridades e Metas de que trata este Capítulo terão precedência na alocação de Recursos nos Orçamentos para o Exercício de 2018, não se constituindo, todavia em limites à programação das despesas.

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público;

II – Sub função, a partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III – Programa, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – Atividade, o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – Projeto, o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI – Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sobre a forma de bens e serviços;

VII – Categoria de Programação, a identificação da despesa compreendendo sua classificação em termos de funções, sub funções, programas, projetos, atividades e operações especiais

VIII – Órgão, Secretaria ou Entidade desse mesmo grau, integrante da estrutura Organizacional Administrativa do Município, aos quais estão vinculadas as respectivas Unidades Orçamentárias;

IX – Transposição, o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;

X – Remanejamento, a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

XI – Transferência, o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro para atender passivos contingentes;

XII – Reserva de Contingência, a dotação global sem destinação específica a órgão, unidade Orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, inclusive abertura de créditos adicionais;

XIII – Passivos Contingentes, questões pendentes de decisão judicial que podem determinar um aumento da dívida pública, se julgadas procedentes ocasionar impacto sobre a política fiscal, a exemplo de ações trabalhistas e tributárias; fianças e avais concedidos por empréstimos; garantias concedidas em operações de crédito, e outros riscos fiscais imprevistos;

XIV – Créditos Adicionais, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas que modifiquem o valor original da Lei de Orçamento;

XV – Crédito Adicional Suplementar, as autorizações de despesas destinadas a reforçar projetos ou atividades existentes na Lei Orçamentária, que modifiquem o valor global dos mesmos;

XVI – Crédito Adicional Especial, as autorizações de despesas, mediante Lei específica, destinadas à criação de novos projetos ou atividades não contemplados na Lei Orçamentária;

XVII – Crédito Adicional Extraordinário, as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e posterior comunicação ao Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública;

XVIII – Unidade Orçamentária, consiste em cada um dos Órgãos, Secretarias, Entidades, Unidades ou Fundos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para qual a Lei Orçamentária consigna dotações Orçamentárias específicas;

XIX – Unidade Gestora, Unidade Orçamentária ou Administrativa investida de competência e poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou decorrentes de descentralização;

XX – Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), instrumento que detalha, operacionalmente, os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária Anual, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Despesa, Modalidade

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos, constituindo-se em instrumento de execução orçamentária, gerência e controle;

XXI – Alteração do Detalhamento da Despesa, a inclusão ou reforço de dotações de elementos, dentro do mesmo projeto, atividade, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, sem alterar o valor global do projeto ou atividade;

XXII – Descentralização de Créditos Orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias para execução de ações orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município, mediante delegação de atribuição e competência, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para a realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão/unidade de origem;

XXIII – Provisão, ato formal, consubstanciado em Portaria, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, em ato próprio, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou de dirigente com expressa delegação, que operacionaliza a descentralização de crédito;

XXIV – Descentralização Interna, é a cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrante de um mesmo órgão, secretaria ou órgão diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara, ou de uma mesma entidade, autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente;

XXV – Descentralização Externa, é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades;

XXVI – Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros;

XXVII – Convenente, o órgão ou a entidade de administração pública direta ou indireta com os quais a administração pública municipal pactua a transferência de recursos financeiros;

XXVIII – Execução Física, a realização da obra, o fornecimento do material ou bem ou a prestação do serviço;

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

Art. 6º A Lei Orçamentária discriminará a Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão, Unidade Orçamentária, Funções e Sub Funções de Governo, Programas, projetos e atividades, com suas respectivas dotações por categorias econômicas, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 7º Na execução orçamentária a classificação da despesa, segundo sua natureza, observará a estrutura constante da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de Maio de 2001, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas alterações posteriores, compondo-se de categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

§ 1º As categorias econômicas são: Despesas Correntes e Despesas de Capital, identificadas respectivamente pelos códigos 3 e 4.

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa com iguais características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:

- I - Pessoal e Encargos Sociais – 1;
- II - Juros e Encargos da Dívida – 2;
- III - Outras Despesas Correntes – 3;
- IV - Investimentos – 4;
- V - Inversões Financeiras – 5;
- VI - Amortização da Dívida – 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista nesta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 4º A modalidade de aplicação constitui-se em informação gerencial com a finalidade de indicar se os recursos orçamentários serão aplicados diretamente pela Administração Pública Municipal ou, mediante transferência, por instituições privadas sem fins lucrativos ou por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos e entidades.

§ 5º A especificação da modalidade de que trata o parágrafo anterior observará as disposições estabelecidas na Portaria Interministerial nº 163/01 e suas alterações.

§ 6º As modalidades de aplicação, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução da despesa na modalidade prevista inicialmente.

§ 7º O elemento de despesa tem por finalidade identificar o objeto do gasto, mediante o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios utilizados pela Administração Pública para consecução dos seus fins.

§ 8º Para os fins de registro, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira da despesa pública, inclusive apuração de custos, é facultado o desdobramento suplementar dos elementos de despesa.

§ 9º As fontes de recursos de que trata o *caput*, serão apresentadas em conformidade com a Portaria Conjunta STN/SOF nº 03, 14 de outubro de 2008, e Resolução TCM nº. 1268/08, a seguir discriminadas:

<u>CÓDIGO</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>
00	Recursos Ordinários
01	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação – 25%
02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde – 15%
04	Contribuição ao Programa Ensino Fundamental – Salário Educação
14	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS
15	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE
18	Transferências FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
19	Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica)
22	Transferências de Convênios – Educação
23	Transferências de Convênios – Saúde
24	Transferências de Convênios – Outros (não relacionados à educação/saúde)
29	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
30	Transferências do Fundo de Investimento Econômico Social – FIES
42	Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
50	Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta
90	Operações de Crédito Internas

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

- 91 Operações de Crédito Externas
- 92 Alienação de Bens
- 93 Outras Receitas Não Primárias
- 94 Remuneração de Depósitos Bancários

Art. 8º A proposta Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, além da mensagem e do respectivo texto do Projeto de Lei, será composta de Quadros Orçamentários Consolidados, Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Demonstrativos e Informações Complementares.

§ 1º O anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social será composto de quadros ou demonstrativos, com dados consolidados e isolados, inclusive dos referenciados no art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1964, observadas as alterações posteriores, conforme a seguir discriminados:

I - A Receita e Despesa, segundo as categorias econômicas, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo I, integrante da Lei nº 4.320/64;

II - A Receita, por categoria econômica, fonte de recursos e outros desdobramentos pertinentes, na forma do Anexo II, integrante da Lei Federal nº 4.320/64;

III - da despesa, segundo as classificações institucional, funcional, por programa e por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, que demonstra o Programa de Trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

§ 2º Os demonstrativos e as informações complementares referidas no inciso III, do *caput* deste artigo compreenderão os seguintes quadros:

I – Demonstrativo da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212, da Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 14/96 e nº 53/06;

II – Demonstrativo da programação referente ações e serviços públicos de saúde, evidenciando o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

IV - As tabelas explicativas de que trata o artigo 22, inciso III, da Lei 4.320/64.

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

Art. 9º A receita será detalhada, na proposta e na Lei Orçamentária Anual, por sua natureza e origens, conforme classificação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 03, de 14 de Outubro de 2008, observadas suas alterações posteriores e demais normas complementares pertinentes.

Art. 10. A Receita Municipal será constituída da seguinte forma:

- I - Dos tributos de sua competência;
- II - Das transferências constitucionais;
- III - Das atividades econômicas que, por conveniência, o Município venha a executar;
- IV - Dos convênios e contratos de repasses firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios, bem como com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais, firmados mediante instrumento legal;
- V - Das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI - Da cobrança da dívida ativa;
- VII - Das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados e contratados;
- VIII - Dos recursos para o financiamento da Educação, definido pela legislação vigente;
- IX - Dos recursos para o financiamento da Saúde, definido pela legislação vigente;
- X - De outras rendas.

Art. 11. Para fins de integração do planejamento e orçamento, assim como de elaboração e execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, a despesa orçamentária será especificada mediante a identificação do tipo de orçamento, das classificações institucional, funcional e da natureza da despesa, da estrutura programática discriminada em programa e projeto, atividade ou operação especial, de forma a dar transparência aos recursos alocados e aplicados para consecução dos objetivos e das metas governamentais correspondentes.

Art. 12. O Orçamento Analítico também denominado de Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, que contém a discriminação, por elemento de despesa e fonte de recursos, dos projetos, atividades e operações especiais integrantes

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

dos Programas de Trabalho aprovados na Lei Orçamentária, poderá ser alterado durante o exercício, observados os limites financeiros de cada grupo de despesa, assim como o comportamento da arrecadação da receita por fonte de recursos.

Art. 13. A Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas e despesas pelos seus valores brutos, quaisquer que sejam as suas origens e destinação.

§ 1º Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

§ 2º Os Fundos e Entidades Municipais legalmente constituídos, integrarão os orçamentos de seus órgãos ou entidades gestoras, em unidades orçamentárias específicas, de modo a evidenciar o princípio constitucional de sua integração à Lei Orçamentária Anual.

Art. 14. Os créditos Orçamentários consignados aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, podem ser descentralizados, no âmbito do mesmo órgão ou entidade, entre estes ou para outros órgãos, unidades, fundos, fundações e autarquias, para execução de ações orçamentárias integrantes dos respectivos orçamentos.

§ 1º A descentralização será processada mediante expressa autorização e delegação de atribuição e competência, em ato próprio no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, na forma definida nesta Lei, com vistas à realização de ações constantes do programa de trabalho do órgão e unidade de origem.

§ 2º As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais, poderão ser executadas por unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta ou Indireta, integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

§ 3º Ao órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta compete à administração dos créditos que lhe foram consignados na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais, salvo quando esta competência for atribuída a uma outra unidade gestora devidamente reconhecida.

§ 4º O Órgão ou unidade orçamentária e gestora, tendo em vista a obtenção dos resultados das ações cujos créditos lhe foram consignados na Lei Orçamentária ou mediante créditos adicionais, poderá proceder, mediante autorização no âmbito do Poder Executivo, do Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, do Presidente da Câmara de Vereadores, à sua descentralização em valor total ou parcial para outro Órgão ou Unidade Orçamentária e Gestora integrante dos orçamentos fiscal ou da seguridade social do Município.

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

§ 5º A cessão de crédito orçamentário para outro Órgão ou Unidade Orçamentária ou Gestora, em termos operacionais, distingue-se em:

I - Descentralização de crédito interna ou provisão que consiste na cessão de crédito de uma unidade orçamentária para outra unidade orçamentária ou gestora, integrantes de um mesmo órgão (secretaria, órgão, unidade diretamente subordinado ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara) ou de uma mesma entidade (autarquia ou fundação ou empresa estatal dependente);

II - Descentralização de crédito externo é a cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou entre estas e unidades gestoras, integrantes de diferentes órgãos ou entidades.

§ 6º A Unidade recebedora do Crédito, em sua aplicação, deve exata observância e cumprimento, além das normas legais sobre a execução da despesa, assim como ao objetivo estabelecido no programa de trabalho e as classificações da despesa que caracterizam o crédito orçamentário correspondente.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 15. Na elaboração, aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social para o Exercício Financeiro de 2018, o Município buscará a obtenção dos resultados previstos nos anexos de Metas Fiscais estabelecidas nesta Lei.

Art. 16. A proposta Orçamentária terá seus valores a preços vigentes no mês de Julho de 2017.

Art. 17. A estimativa da receita do Município para a elaboração da proposta orçamentária será realizada pelo Órgão Municipal competente e considerará o disposto no art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 18. A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem à sua expansão ou criação de novas despesas e a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

Art. 19. Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais somente incluirão novos projetos se:

I - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II - Houver viabilidade técnica e econômica;

III - Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

IV – Ocorrer transferências voluntárias da União ou do Estado.

Parágrafo Único. Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, serão entendidos como Projetos em Andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de Outubro do exercício em curso, ultrapasse a 30% (trinta por cento) do seu custo total estimado.

Art. 20. As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as prioridades estabelecidas, bem como as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

Art. 21. Somente serão incluídas na proposta Orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito mediante Lei autorizativa e observadas às vedações e restrições previstas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 22. O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 15 de agosto de 2017, à Secretaria Municipal de Planejamento, a respectiva proposta de orçamento, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, atendidos os princípios constitucionais estabelecidos a esse respeito.

§ 1º. Fica assegurado ao Poder Legislativo Municipal, além da observância do estabelecido nesta Lei, o limite de despesa estabelecida no artigo 29-A da Constituição Federal, fixando o valor do repasse a que faz jus em 7% (sete por cento) do valor da receitas efetivamente arrecadadas no exercício de 2017 e que lhe será creditado até o dia 20 (vinte) de cada mês, em forma de duodécimo, independentemente da

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

proporcionalidade estabelecida entre o valor total das dotações do Poder Legislativo e o orçamento geral do município.

§2º. Em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal, fica estabelecido que a Câmara Municipal, não gastará mais que 70% do valor recebidos título de repasse financeiro, com despesa de pessoal a seguir definida: subsídios dos vereadores advindos das sessões ordinárias, folha de pagamentos dos funcionários composta dos recebimentos da remuneração salarial.

Art. 23. Os Órgãos da Administração direta e seus Fundos deverão entregar suas respectivas propostas Orçamentárias ao órgão encarregado da elaboração do Orçamento, até o dia 15 de Agosto, observados os parâmetros e Diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 24. O órgão responsável pelo Setor Jurídico encaminhará ao órgão encarregado da elaboração do Orçamento, até 01 de Agosto de 2017 a relação dos débitos atualizados e constantes de Precatórios Judiciais a serem incluídos na proposta Orçamentária para o exercício de 2018 conforme determina o art. 100, § 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 30/2000, discriminada por órgão da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos e por Grupos de Despesa, especificando por ordem o número e data do ajuizamento da ação originária, número e tipo do precatório, tipo da causa julgada, data da atuação do precatório, nome do beneficiário, valor a ser pago e data do trânsito em julgado.

§ 1º A inclusão de recursos na Lei Orçamentária será realizada de acordo com os seguintes critérios e prioridades, respeitada a ordem cronológica:

- I - precatórios de natureza alimentícia;
- II - precatórios de natureza não alimentícia, com valor não superior a R\$8.000,00 (oito mil reais), cujo pagamento deverá ser efetuado em parcela única;
- III - precatórios de natureza não alimentícia, com valor superior a R\$ 8.001,00 (oito mil e um reais), cujo pagamento poderá ser efetuado em parcelas iguais, anuais e sucessivas;
- IV - precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época de imissão da posse, cujos valores ultrapassem o limite do inciso II, serão divididos em 02 (duas) ou mais parcelas, iguais e sucessivas.

Art. 25. Poderão ser incluídas na Lei Orçamentária Anual dotações para custeio de despesas de outros entes da Federação desde que envolvam situações claras de

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

atendimento a interesses locais, atendidos os dispositivos constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o estabelecido no art. 51 desta Lei.

Art. 26. É autorizada a inclusão de dotações a título de subvenções, contribuições ou auxílios na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos e que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e outras áreas de interesse público;

II - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no caso de prestação de assistência social, e no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no caso de entidades educacionais;

III - Sejam signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - Sejam qualificadas como organizações sociais.

Art. 27. - As entidades beneficiadas com recursos de subvenções e auxílios, submeter-se-ão a fiscalização do Poder concedente, com a finalidade de verificar a correta aplicação dos recursos bem como o cumprimento das metas e objetivos acordados.

Art. 28. Os repasses de recursos municipais às entidades, nos termos do art. 26 desta lei, serão efetivados através de parcerias, conforme determina a Lei 13.019/2014.

Art. 29. A concessão de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme determina o art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, deverá ser autorizado por Lei específica, atendidas as condições nela estabelecidas.

Art. 30. A Lei Orçamentária conterà dotação global denominada "Reserva de Contingência", em montante equivalente a até 1,5% (um e meio por cento) da sua receita corrente líquida, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para atendimento ao disposto no inciso III, art. 5º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Os recursos da Reserva de Contingência, destinados aos Riscos Fiscais, caso não se concretizem até o dia 31 de Outubro de 2017, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de Créditos Adicionais suplementares de dotações com insuficiência de saldo.

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

Art. 31. O Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para exercício de 2018, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo Único – Os mecanismos previstos no caput deste artigo serão operacionalizados:

I - Mediante audiências públicas, realizadas na Sede e nos Distritos, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II - Pela seleção conjunta através do disposto no inciso anterior, dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.

III – Nas audiências públicas serão adotadas formas de comunicação, acessíveis à comunidade, como meio de garantir a participação social democraticamente.

IV – Por qualquer outro mecanismo, instrumento ou metodologia que assegure a participação social.

Art. 32. Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos; e
- b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 33. As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária.

II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

Art. 34. A correção de erros ou omissões será justificada detalhadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 35. Os recursos que em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos especiais ou suplementares.

Parágrafo Único No caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá prever os recursos mínimos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Art. 36. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 37. Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução Orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual.

§ 1º As atividades e projetos serão detalhados, no Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa, Modalidade de Aplicação, e Elemento de Despesa e Fonte de Recursos.

§ 2º Os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs deverão discriminar, os projetos e atividades, consignados à cada Órgão e Unidade Orçamentária, especificando a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza de Despesa, a Modalidade de Aplicação, o Elemento de Despesa e Fonte de Recursos;

§ 3º Os QDDs serão aprovados, por decreto, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, e, no Poder Legislativo, por ato próprio pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

§ 4º Os QDDs poderão ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução Orçamentária, respeitados, sempre, os valores

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

dos respectivos Grupos de Natureza da Despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais regularmente abertos.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 38. O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas dos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo Único A proposta do Orçamento Fiscal incluirá os recursos necessários à aplicação mínima na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e das Emendas Constitucionais nº 14/96 e 53/06.

Art. 39. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes e órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, vinculada as funções de saúde, previdência e assistência social.

Parágrafo Único - A proposta do orçamento da seguridade social contemplará também os recursos necessários à aplicação mínima em ações de serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 40. Os recursos do Orçamento da Seguridade Social compreenderão:

I – Recursos originários dos orçamentos do Município, transferências de recursos do Estado da Bahia e da União decorrentes da execução descentralizada das ações de saúde, e dos convênios firmados com órgãos e entidades que tenham como objetivos a assistência e previdência social;

II – Receitas Próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente o Orçamento da Seguridade Social.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E SUA LIMITAÇÃO

Art. 41. Com vistas ao cumprimento das Metas Fiscais estabelecidas nos Anexos desta Lei, os Poderes deverão elaborar e Publicar, até trinta dias após a Publicação da Lei Orçamentária de 2018, Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o referido Exercício, contemplando os limites por unidade Orçamentária, detalhado no

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

mínimo nos seguintes agrupamentos: Grupo de Natureza da Despesa e Fontes de Recursos.

§ 1º O Poder Executivo, no ato de que trata este artigo, publicará, ainda, as metas bimestrais de realização de receitas, desdobradas por categoria econômica e fontes.

§ 2º O Poder Legislativo, quando verificado pelo Poder Executivo que a realização da receita está aquém do previsto, promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, adequando o cronograma de execução mensal de desembolso ao fluxo efetivo da receita realizada, em conformidade com o disposto nos arts. 8º e 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42. Ocorrendo a necessidade da limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas nos anexos que integram esta Lei, adotar-se-á os seguintes procedimentos:

I - definição, em separado, do percentual de limitação para o conjunto de projetos, atividades finalísticas, atividades de manutenção e operações especiais, calculado de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações fixadas inicialmente na Lei Orçamentária de 2018, em cada categoria de programação indicada, excluídas as dotações destinadas à execução de obrigações constitucionais e legais e ao pagamento de serviço da dívida;

II - o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, o montante da limitação de empenho e movimentação financeira, informando os parâmetros utilizados e a reestimativa de receitas e despesas;

III - o Poder Legislativo, com base na comunicação referida no inciso anterior, publicará ato próprio, até o final do mês subsequente ao encerramento do bimestre pertinente, fixando os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira, para cada conjunto de categoria programática indicada no *caput* deste artigo;

IV - a limitação de empenho e movimentação financeira deverá ser efetuada observando-se a seguinte ordem decrescente:

- a) investimentos e inversões financeiras;
- b) as despesas atendidas com recursos de contrapartida em operações de créditos e convênios;
- c) outras despesas correntes.

Art. 43. Caberá ao Órgão de Planejamento ou equivalente, no âmbito do Poder Executivo, analisar os projetos e atividades finalísticas, inclusive suas metas, cuja

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

execução poderá ser adiada sem afetar os resultados finais dos programas governamentais contemplados na Lei Orçamentária.

§ 1º Caso ocorra a recuperação da receita prevista, total ou parcialmente, far-se-á a recomposição das dotações limitadas de forma proporcional às reduções realizadas.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 44. Projetos de Lei poderão ser elaborados no sentido de rever e atualizar a legislação tributária, e também visando modernizar a administração das finanças do Município e incrementar a arrecadação municipal.

Art. 45. O incremento da receita tributária deverá ser buscado mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, da constante atualização do cadastro dos contribuintes e a execução permanente de programas de fiscalização.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 46. Das Propostas Orçamentárias dos Poderes Executivo e Legislativo constarão quadros demonstrativos do número de servidores bem como das respectivas despesas globais.

Art. 47. As Dotações Orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e Encargos Sociais serão estimadas com base nas despesas executadas no mês de junho de 2017, projetadas para o exercício de 2018, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral sem distinção de índices a serem concedidos aos servidores, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, observado, além da legislação pertinente em vigor, os limites previstos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 48. No exercício Financeiro de 2018 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores.

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

Art. 49. As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra, que se referem à substituição de servidores e empregados, de acordo com o § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101/2000, e aquelas referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado serão classificadas em dotação específica e computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal.

§ 1º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que, não representando relação direta de emprego, preenchem simultaneamente as seguintes condições:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão-de-obra para execução de serviços de limpeza, manutenção, vigilância e segurança patrimonial e outros de atividades-meio, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

Art. 50. O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

Art. 51. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com amortização e encargos da dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal nos termos dos contratos firmados.

Art. 52. A administração da dívida pública municipal terá por prioridades a minimização dos custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. Para efeito do que dispõe o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, entende-se como despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites para obras e serviços estabelecidos no art. 23 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 54. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 55. Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 56. Em cumprimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, com outras esferas de governo, com vistas:

- I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II – a possibilitar o assessoramento técnico ao desenvolvimento das atividades econômicas e culturais do Município;
- III – a utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e ou União;
- IV – a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos e entidade de outras esferas de governo;

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

V – ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público com ou sem ônus para o município.

Art. 57. Integram a presente Lei os seguintes anexos:

- Anexo I - Metas Fiscais
- Anexo II - Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Anexo III - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Anexo IV - Demonstrativo de Evolução do Patrimônio Líquido
- Anexo V - Demonstrativo de Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
- Anexo VI - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- Anexo VII - Demonstrativo da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- Anexo VIII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
- Anexo IX - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- Anexo X - Descritivo da Metodologia da Projeção das Metas Fiscais
- Anexo XI - Riscos Fiscais

Parágrafo Único. Os Anexos previstos neste artigo poderão ser revistos, atualizados e alterados por ocasião da elaboração do Projeto da Lei Orçamentária 2016, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

Art. 58. Os Anexos da Lei do Plano Plurianual e desta Lei, serão atualizados e alterados, em decorrência da Lei Orçamentária, de Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, assim como das transposições, remanejamentos ou transferências, autorizados em lei.

Art. 59. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2018 não seja aprovado e sancionado até 31 de Dezembro de 2017, a Programação dele constante será Executada até a edição da respectiva Lei Orçamentária, na forma originalmente encaminhada à Câmara Municipal, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

Art. 60. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 61. Revogam-se as disposições em contrário.

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

Gabinete do Prefeito Municipal de Brejões, em 06 de Julho de 2017.



Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: L92TCVNIVZXCPEW0/1Q2SW

Esta edição encontra-se no site: www.brejoes.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL



Prefeitura Municipal de Brejões

CNPJ 14.197.768/0001-01

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE BREJÕES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2018
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS

(LRF, Art.4º, §3º)

RS 1

Riscos Fiscais		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
1. Riscos		2. Providências	
1.1 Elevação das despesas de natureza obrigatória em cumprimento as disposições constitucionais legais.	Eventos não mensuráveis em função da sua imprevisibilidade	2.1 Redução de Investimentos e outras despesas correntes de natureza discricionária e utilização da Reserva de Contingência como fonte de recursos para Créditos Adicionais.	Eventos não mensuráveis em função da sua imprevisibilidade
1.2 Ocorrência de fatos supervenientes à elaboração da Lei Orçamentária.			
1.3 Processos Judiciais que acarretam despesas com pagamento de sentenças.	Eventos não mensuráveis em função da sua imprevisibilidade	2.2 Utilização da Reserva de Contingência como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.	Eventos não mensuráveis em função da sua imprevisibilidade
1.4 Dívidas oriundas de orçamentos anteriores.			
Total	-	Total	-

Pça da Bandeira, 36 – Centro – Fone: (75) 3654-2158/2140
CEP 45.325-000 – Brejões – Bahia E-mail: brejoes@terra.com.br

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas Anuais
2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	49.282.000,00	45.933.451,39	0,021	100,000	51.253.280,00	44.113.759,22	0,015	100,000	53.815.944,00	42.382.134,21	0,023	100,000
Receitas Primárias (I)	48.605.000,00	45.302.451,39	0,021	98,626	50.549.200,00	43.507.756,73	0,015	98,626	51.035.250,00	40.192.230,30	0,022	94,833
Despesa Total	49.282.000,00	45.933.451,39	0,021	100,000	51.253.280,00	44.113.759,22	0,015	100,000	53.815.944,00	42.382.134,21	0,023	100,000
Despesas Primárias (II)	48.634.000,00	45.329.480,85	0,021	98,685	50.579.360,00	43.533.715,47	0,015	98,685	51.065.700,00	40.216.210,85	0,022	94,890
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(29.000,00)	(27.029,55)	0,000	-0,059	(30.160,00)	(25.958,74)	0,000	-0,059	(30.450,00)	(23.980,55)	0,000	-0,057
Resultado Nominal	(2.352.938,17)	(2.193.063,82)	-0,001	-4,774	(2.665.643,65)	(2.294.322,67)	-0,001	-5,201	(3.046.564,13)	(2.399.286,91)	-0,001	-5,661
Dívida Pública Consolidada	12.451.299,58	11.605.275,03	0,005	25,265	14.106.077,29	12.141.117,55	0,004	27,522	16.121.835,73	12.696.568,25	0,007	29,957
Dívida Consolidada Líquida	12.451.299,58	11.605.275,03	0,005	25,265	14.106.077,29	12.141.117,55	0,004	27,522	16.121.835,73	12.696.568,25	0,007	29,957
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 08/05/2017, às 16:16:49

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
PIB real (crescimento % anual)	4,00	5,00	6,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	40,00	45,00	50,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	0,00	0,00	0,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	7,29	8,29	9,29
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	232.887.200.000,00	335.895.000.000,00	237.365.800.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	49.282.000,00	51.253.280,00	53.815.944,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2018	2019	2020
Valor Corrente / 1,0729	Valor Corrente / 1,1618	Valor Corrente / 1,2697

ALESSANDRO RODRIGUES BRANDÃO CORREIA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 013.186.505-59

MARCELO GONÇALVES LIMA
SECRETÁRIO M. DE ADM E FINANÇAS
CPF: 005.714.725-67

MARLON SANTOS GONDIM
CONTADOR
CRC - BA 0317020-7

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	52.091.000,00	0,023	1.052,567	34.421.099,51	0,015	695,523	(17.669.900,49)	-33,921
Receitas Primárias (I)	47.231.000,00	0,021	954,364	30.952.648,42	0,014	625,439	(16.278.351,58)	-34,465
Despesa Total	52.091.000,00	0,023	1.052,567	35.178.875,56	0,016	710,835	(16.912.124,44)	-32,466
Despesas Primárias (II)	47.609.438,71	0,021	962,011	34.056.428,04	0,015	688,155	(13.553.010,67)	-28,467
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(378.438,71)	0,000	-7,647	(3.103.779,62)	-0,001	-62,716	(2.725.340,91)	720,154
Resultado Nominal	(2.114.240,43)	-0,001	-42,721	(2.114.240,43)	-0,001	-42,721	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	11.188.156,69	0,005	226,071	9.073.916,26	0,004	183,350	(2.114.240,43)	-18,897
Dívida Consolidada Líquida	11.188.156,69	0,005	226,071	9.073.916,26	0,004	183,350	(2.114.240,43)	-18,897
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (V)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000	0,000	0,00	0,000

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2016

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2016	223.930.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2016	223.930.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 08/05/2017 , às 16:18:12

<p>_____ ALESSANDRO RODRIGUES BRANDÃO CORREIA PREFEITO MUNICIPAL CPF: 013.186.505-59</p>	<p>_____ MARCELO GONÇALVES LIMA SECRETARIO M. DE ADM E FINANÇAS CPF:005.714.725-67</p>
<p>_____ MARLON SANTOS GONDIM CONTADOR CRC - BA 031702/O-7</p>	

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2018

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	44.433.000,00	52.091.000,00	17,23	49.282.000,00	43,17	49.282.000,00	0,00	51.253.280,00	4,00	53.815.944,00	5,00	
Receitas Primárias (I)	44.152.000,00	47.231.000,00	6,97	48.605.000,00	57,03	48.605.000,00	0,00	50.549.200,00	4,00	51.035.250,00	0,96	
Despesa Total	44.433.000,00	52.091.000,00	17,23	49.282.000,00	40,09	49.282.000,00	0,00	51.253.280,00	4,00	53.815.944,00	5,00	
Despesas Primárias (II)	44.945.178,80	47.609.438,71	5,93	48.634.000,00	42,80	48.634.000,00	0,00	50.579.360,00	4,00	51.065.700,00	0,96	
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(793.178,80)	(378.438,71)	-52,29	(29.000,00)	-92,34	(29.000,00)	0,00	(30.160,00)	4,00	(30.450,00)	0,96	
Resultado Nominal	(2.386.628,78)	(2.114.240,43)	-11,41	(2.114.240,43)	0,00	(2.352.938,17)	11,29	(2.665.643,65)	13,29	(3.046.564,13)	14,29	
Dívida Pública Consolidada	11.188.156,69	11.188.156,69	0,00	11.188.156,69	23,30	12.451.299,58	11,29	14.106.077,29	13,29	16.121.835,73	14,29	
Dívida Consolidada Líquida	11.188.156,69	11.188.156,69	0,00	11.188.156,69	23,30	12.451.299,58	11,29	14.106.077,29	13,29	16.121.835,73	14,29	
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total	50.198.466,12	55.367.523,90	-27,12	49.282.000,00	34,70	45.933.451,39	-6,79	44.113.759,22	-3,96	42.382.134,21	-3,92	
Receitas Primárias (I)	49.881.004,57	50.201.829,90	-34,04	48.605.000,00	47,74	45.302.451,30	-6,79	43.507.756,73	-3,96	40.192.230,30	-7,62	
Despesa Total	50.198.466,12	55.367.523,90	-25,51	49.282.000,00	31,80	45.933.451,39	-6,79	44.113.759,22	-3,96	42.382.134,21	-3,92	
Despesas Primárias (II)	50.777.103,40	50.604.072,41	-28,71	48.634.000,00	34,35	45.329.480,85	-6,79	43.533.715,47	-3,96	40.216.210,85	-7,62	
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	(896.098,83)	(402.242,51)	-55,11	(29.000,00)	-92,79	(27.029,55)	-6,79	(25.958,74)	-3,96	(23.980,55)	-7,62	
Resultado Nominal	(2.696.309,14)	(2.247.226,15)	-16,66	(2.114.240,43)	-5,92	(2.193.063,82)	3,73	(2.294.322,67)	4,62	(2.399.286,91)	4,58	
Dívida Pública Consolidada	12.639.891,63	11.891.891,75	-23,70	11.188.156,69	16,00	11.605.275,03	3,73	12.141.117,55	4,62	12.696.568,25	4,58	
Dívida Consolidada Líquida	12.639.891,63	11.891.891,75	-23,70	11.188.156,69	16,00	11.605.275,03	3,73	12.141.117,55	4,62	12.696.568,25	4,58	

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
2015	2016	2017*	2018*	2019	2020	
10,67	6,29	6,29	7,29	8,29	9,29	

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 08/05/2017, às 16:18:51

ALESSANDRO RODRIGUES BRANDÃO CORREIA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 013.186.505-59

MARCELO GONÇALVES LIMA
SECRETARIO M. DE ADM E FINANÇAS
CPF: 005.714.725-67

MARLON SANTOS GONDIM
CONTADOR
CRC - BA 031702-0-7

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
Evolução do Patrimônio Líquido
2018

AMF - Tabela IV (Irf, art. 4º, §2º, inciso II)

RS 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,000		0,000		0,000
Reservas	0,00	0,000		0,000		0,000
Resultado Acumulado	0,00	0,000	(4.494.419,55)	100,000	(3.221.422,89)	100,000
Total	0,00	100%	(4.494.419,55)	100%	(3.221.422,89)	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 08/05/2017 , às 16:19:16

ALESSANDRO RODRIGUES BRANDÃO CORREIA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 013.186.505-59

MARCELO GONÇALVES LIMA
SECRETARIO M. DE ADM E FINANÇAS
CPF:005.714.725-67

MARLON SANTOS GONDIM
CONTADOR
CRC - BA 031702/O-7

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2018

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

RS 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015 (b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	45.700,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	45.700,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	45.700,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	45.700,00	0,00
Investimentos	0,00	45.700,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2016 (g) = ((Ia - IIb) + IIIh)	2015 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2014 (f) = ((Ic - IIf))
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 08/05/2017 , às 16:19:37

<p style="text-align: center;">_____ ALESSANDRO RODRIGUES BRANDÃO CORREIA PREFEITO MUNICIPAL CPF: 013.186.505-59</p>	<p style="text-align: center;">_____ MARCELO GONÇALVES LIMA SECRETARIO M. DE ADM E FINANÇAS CPF:005.714.725-67</p>
<p style="text-align: center;">_____ MARLON SANTOS GONDIM CONTADOR CRC - BA 031702/O-7</p>	

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2018

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	49.330.000,00	0,00	49.330.000,00	0,00	51.303.200,00	4,00	53.866.344,00	5,00
RECEITAS TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	1.585.000,00	0,00	1.585.000,00	0,00	1.648.400,00	4,00	1.664.250,00	0,96
RECEITAS TRIBUTÁRIA - IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	1.085.000,00	0,00	1.085.000,00	0,00	1.128.400,00	4,00	1.139.250,00	0,96
IMPOSTO S/ O PATRIMÔNIO E A RENDA	0,00	0,00	0,00	285.000,00	0,00	285.000,00	0,00	296.400,00	4,00	299.250,00	0,96
IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE PREDIAL/TERRITORIAL URB	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	26.000,00	4,00	26.250,00	0,96
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF)	0,00	0,00	0,00	210.000,00	0,00	210.000,00	0,00	218.400,00	4,00	220.500,00	0,96
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE RENDIME	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	62.400,00	4,00	63.000,00	0,96
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE OUTROS	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	156.000,00	4,00	157.500,00	0,96
IMPOSTO S/ TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI)	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	0,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00	800.000,00	0,00	832.000,00	4,00	840.000,00	0,96
IMPOSTOS S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISS)	0,00	0,00	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00	0,00	780.000,00	4,00	787.500,00	0,96
SIMPLES NACIONAL	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
RECEITAS TRIBUTÁRIA - TAXAS	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	520.000,00	4,00	525.000,00	0,96
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,00	0,00	0,00	320.000,00	0,00	320.000,00	0,00	332.800,00	4,00	336.000,00	0,96
TAXA DE LICENÇA P/ FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIM	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRA	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00	0,00	124.800,00	4,00	126.000,00	0,96
OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	187.200,00	4,00	189.000,00	0,96
OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	187.200,00	4,00	189.000,00	0,96
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	517.000,00	0,00	517.000,00	0,00	537.680,00	4,00	542.850,00	0,96
RECEITA PATRIMONIAL - IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	517.000,00	0,00	517.000,00	0,00	537.680,00	4,00	542.850,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	0,00	517.000,00	0,00	517.000,00	0,00	537.680,00	4,00	542.850,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.400,00	4,00	10.500,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - MDE	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OSE	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	45.000,00	0,00	46.800,00	4,00	47.250,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	41.600,00	4,00	42.000,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS R	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.800,00	4,00	21.000,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - SAÚDE	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRANSFER	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	31.200,00	4,00	31.500,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVENIO	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS R	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.800,00	4,00	21.000,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - TRANSFER	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.320,00	4,00	8.400,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - REC DO FE	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.080,00	4,00	2.100,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - OUTROS R	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONVENIO	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.600,00	4,00	15.750,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	0,00	77.000,00	0,00	77.000,00	0,00	80.080,00	4,00	80.850,00	0,96

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2018

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1.00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - ROYALTIES	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CIDE	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FCBA	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.080,00	4,00	2.100,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FIES	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	62.400,00	4,00	63.000,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSO	0,00	0,00	0,00	230.000,00	0,00	230.000,00	0,00	239.200,00	4,00	241.500,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - FUNDO DE	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - RECURSOS	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	187.200,00	4,00	189.000,00	0,96
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	135.000,00	0,00	140.400,00	4,00	141.750,00	0,96
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	135.000,00	0,00	140.400,00	4,00	141.750,00	0,96
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	135.000,00	0,00	140.400,00	4,00	141.750,00	0,96
OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00	135.000,00	0,00	140.400,00	4,00	141.750,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	46.148.000,00	0,00	46.148.000,00	0,00	47.993.920,00	4,00	50.525.244,00	5,27
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	46.118.000,00	0,00	46.118.000,00	0,00	47.962.720,00	4,00	50.493.744,00	5,28
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	26.280.000,00	0,00	26.280.000,00	0,00	27.331.200,00	4,00	29.663.844,00	8,53
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	20.020.000,00	0,00	20.020.000,00	0,00	20.820.800,00	4,00	23.090.844,00	10,90
COTA-PARTE DO FPM (100%-NA FORMA DA PORT. STN Nº	0,00	0,00	0,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	0,00	20.800.000,00	4,00	23.069.844,00	10,91
COTA-PARTE DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - ITR (10	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.800,00	4,00	21.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	0,00	0,00	0,00	275.000,00	0,00	275.000,00	0,00	286.000,00	4,00	288.750,00	0,96
COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA F	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	26.000,00	4,00	26.250,00	0,96
COTA-PARTE ROYALTIES DO FUNDO ESPECIAL DO PETR	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	260.000,00	4,00	262.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE	0,00	0,00	0,00	3.565.000,00	0,00	3.565.000,00	0,00	3.707.600,00	4,00	3.743.250,00	0,96
BLOCO DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA	0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	175.000,00	0,00	182.000,00	4,00	183.750,00	0,96
PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
PROGRAMA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DA ASSISTENC	0,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	75.000,00	0,00	78.000,00	4,00	78.750,00	0,96
BLOCO DE ATENÇÃO BASICA	0,00	0,00	0,00	2.610.000,00	0,00	2.610.000,00	0,00	2.714.400,00	4,00	2.740.500,00	0,96
PISO DE ATENÇÃO BASICA - PAB FIXO	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00	0,00	468.000,00	4,00	472.500,00	0,96
PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	650.000,00	0,00	676.000,00	4,00	682.500,00	0,96
PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DA SAUDE - PA	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	624.000,00	4,00	630.000,00	0,96
PROGRAMA SAUDE BUCAL	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.400,00	4,00	10.500,00	0,96
PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	208.000,00	4,00	210.000,00	0,96
NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA - NASF	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00	0,00	176.800,00	4,00	178.500,00	0,96
INCENTIVOS PONTUAIS PARA SERVIÇOS DE VIGILANCIA E	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.800,00	4,00	21.000,00	0,96
FORTALECIMENTO DA PO. AFETAS A ATUAÇÃO DA ESTRV	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.800,00	4,00	21.000,00	0,96
ASSISTENCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR ACS	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	312.000,00	4,00	315.000,00	0,96

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2018

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
INCENT. ADIC. ASSIST. FINANC COMPLEMENTAR ACS	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
INCENT. ADIC. FORTAL. DE POL. AFETAS A ATUAÇÃO DA I	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.600,00	4,00	15.750,00	0,96
INCENT. ADIC. AO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARI	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
INCENT. AO PROGRAMA ACADEMIA DA SAUDE	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	26.000,00	4,00	26.250,00	0,96
BLOCO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL I	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	312.000,00	4,00	315.000,00	0,96
TETO MUNICIPAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBI	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	208.000,00	4,00	210.000,00	0,96
BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	0,00	0,00	380.000,00	0,00	380.000,00	0,00	395.200,00	4,00	399.000,00	0,96
PISO FIXO DE VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAUDE	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
AÇÕES ESTRUTURANTES DE VIGILANCIA SANITARIA	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
INCENTIVO DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE DENGUE	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.400,00	4,00	10.500,00	0,96
PISO FIXO DE VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANC	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.600,00	4,00	15.750,00	0,96
PISO FIXO DE VIGILANCIA SANITARIA PARTE FNS	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.800,00	4,00	21.000,00	0,96
PISO FIXO DE VIGILANCIA SANITARIA PARTE ANVISA	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.400,00	4,00	10.500,00	0,96
INCENT. PONTUAS PARA AÇÕES DE SERVIÇOS DE VIGIL	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.800,00	4,00	21.000,00	0,96
PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANC	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.800,00	4,00	21.000,00	0,96
AÇÕES CONTINGENCIAIS DE VIGILANCIA EM SAUDE(PVVS)	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.400,00	4,00	10.500,00	0,96
ASSISTENCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR ACE	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.400,00	4,00	10.500,00	0,96
FORTEALECIMENTO DE POLITICAS AFETAS A ATUAÇÃO DA	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.600,00	4,00	15.750,00	0,96
OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFERÊNC	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNAS	0,00	0,00	0,00	370.000,00	0,00	370.000,00	0,00	384.800,00	4,00	388.500,00	0,96
BLOCO DA PROTEÇÃO BASICA	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00	0,00	176.800,00	4,00	178.500,00	0,96
PISO BASICO FIXO	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	83.200,00	4,00	84.000,00	0,96
PISO BASICO VARIAVEL - SCFV	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00	93.600,00	4,00	94.500,00	0,96
BLOCO DA GESTÃO DO SUAS	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.600,00	4,00	15.750,00	0,96
INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.600,00	4,00	15.750,00	0,96
BLOCO DE GESTÃO DOS PROGRAMA BOLSA FAMILIA E I	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
BLOCO DOS PROGRAMAS	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00	36.400,00	4,00	36.750,00	0,96
BPC NA ESCOLA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	31.200,00	4,00	31.500,00	0,96
OUTRAS TRANSFERENCIAS DA AÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
OUTRAS TRANSFERENCIAS DA AÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE	0,00	0,00	0,00	1.480.000,00	0,00	1.480.000,00	0,00	1.539.200,00	4,00	1.554.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00	0,00	624.000,00	4,00	630.000,00	0,96

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2018

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO P	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.400,00	4,00	10.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO P	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00	0,00	468.000,00	4,00	472.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO P	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	260.000,00	4,00	262.500,00	0,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACION	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	170.000,00	0,00	176.800,00	4,00	178.500,00	0,96
BRASIL - CARINHOSO	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
TRANSF. DIR. DO FNDE PROGRAMA DINHEIRO DIRETO Nº	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00	72.800,00	4,00	73.500,00	0,96
OUTRAS TRANSFERENCIAS DO FNDE	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.800,00	4,00	21.000,00	0,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00	550.000,00	0,00	572.000,00	4,00	577.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - ICMS DESONERAÇÃO LC	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	364.000,00	4,00	367.500,00	0,96
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE EXTRAÇÃO MINERAL - C	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	5.738.000,00	0,00	5.738.000,00	0,00	5.967.520,00	4,00	6.024.900,00	0,96
PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	4.390.000,00	0,00	4.390.000,00	0,00	4.565.600,00	4,00	4.609.500,00	0,96
COTA-PARTE DO ICMS (100%)	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	4.180.000,00	4,00	4.200.000,00	0,96
COTA-PARTE DO IPVA (100%)	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	312.000,00	4,00	315.000,00	0,96
COTA-PARTE DO IPI - EXPORTAÇÃO (100%)	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO D	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	41.600,00	4,00	42.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO ESTADO P/ PROGR	0,00	0,00	0,00	1.035.000,00	0,00	1.035.000,00	0,00	1.076.400,00	4,00	1.086.750,00	0,96
TRANSF. DE REC. DO ESTADO PARA PROG. DA SAUDE	0,00	0,00	0,00	1.035.000,00	0,00	1.035.000,00	0,00	1.076.400,00	4,00	1.086.750,00	0,96
TRANSF. DE RECURSOS ESTADUAL DE SAUDE - PSF ESTI	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	156.000,00	4,00	157.500,00	0,96
TFD - TRATAMENTO FORA DOMICILIO	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.400,00	4,00	10.500,00	0,96
SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MOVEL AS URGENCIAS	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00	72.800,00	4,00	73.500,00	0,96
SERVIÇOS HOSPITALARES - AIH	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	364.000,00	4,00	367.500,00	0,96
PREVENÇÃO E CONTROLE DA CHIKUNGUNYA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
SERVIÇOS HOSPITALARS - SIA	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	450.000,00	0,00	468.000,00	4,00	472.500,00	0,96
TRANSF. DE REC. DO ESTADO PARA PROG. DA ASSISTE	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	41.600,00	4,00	42.000,00	0,96
TRANSF. DE REC. DO ESTADO PARA PROG. DA ASSISTE	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	41.600,00	4,00	42.000,00	0,96
PISO BASICO FIXO - ESTADO - FEAS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.400,00	4,00	10.500,00	0,96
PROGRAMA DE BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.600,00	4,00	15.750,00	0,96
PISO DE ALTA COMPLEXIDADE	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.600,00	4,00	15.750,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO ESTADO P/ PROGR	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	135.200,00	4,00	136.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO ESTADO P/ PROGR	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	135.200,00	4,00	136.500,00	0,96
PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	135.200,00	4,00	136.500,00	0,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	143.000,00	0,00	143.000,00	0,00	148.720,00	4,00	150.150,00	0,96
FIES - FUNDO DE INVESTIMENTO ECONOMIC. E SOCIAL	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2018

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
FCBA - FUNDO DE CULTURA DA BAHIA	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	13.000,00	0,00	13.520,00	4,00	13.650,00	0,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	83.200,00	4,00	84.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	14.100.000,00	0,00	14.100.000,00	0,00	14.664.000,00	4,00	14.805.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	9.700.000,00	0,00	9.700.000,00	0,00	10.088.000,00	4,00	10.185.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	4.300.000,00	0,00	4.300.000,00	0,00	4.472.000,00	4,00	4.515.000,00	0,96
FUNDEF PRECATORIOS - TRANSF. DE REC. COMPLEM. DI	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	31.200,00	4,00	31.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS PARA PROGRA	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	31.200,00	4,00	31.500,00	0,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	945.000,00	0,00	945.000,00	0,00	982.800,00	4,00	992.250,00	0,96
MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	105.000,00	0,00	109.200,00	4,00	110.250,00	0,96
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.400,00	4,00	10.500,00	0,96
MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE O IPTU	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
MULTAS E JUROS DE MORA DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBU	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.400,00	4,00	10.500,00	0,96
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.200,00	4,00	5.250,00	0,96
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00	85.000,00	0,00	88.400,00	4,00	89.250,00	0,96
MULTAS DOS TRIBUNAIS E CONTAS DOS MUNICIPIOS	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.600,00	4,00	15.750,00	0,96
OUTRAS MULTAS	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00	72.800,00	4,00	73.500,00	0,96
MULTAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00	72.800,00	4,00	73.500,00	0,96
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	260.000,00	4,00	262.500,00	0,96
INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	156.000,00	4,00	157.500,00	0,96
RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	156.000,00	4,00	157.500,00	0,96
OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	390.000,00	0,00	390.000,00	0,00	405.600,00	4,00	409.500,00	0,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00	0,00	72.800,00	4,00	73.500,00	0,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DE OUTROS TRIB	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.800,00	4,00	21.000,00	0,96
RECEITA DA DIV. ATIVA DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.800,00	4,00	21.000,00	0,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	320.000,00	0,00	320.000,00	0,00	332.800,00	4,00	336.000,00	0,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE RESSARCIMENTO AO ERAI	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	114.400,00	4,00	115.500,00	0,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE RESSARCIMENTO AO ERAR	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	114.400,00	4,00	115.500,00	0,96

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2018

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	114.400,00	4,00	115.500,00	0,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	0,00	0,00	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	114.400,00	4,00	115.500,00	0,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	208.000,00	4,00	210.000,00	0,96
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	208.000,00	4,00	210.000,00	0,96
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	4.830.000,00	0,00	4.830.000,00	0,00	5.023.200,00	4,00	5.071.500,00	0,96
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS - INTERNAS	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS CONTRATUAIS RELATIVAS	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS RELATIVAS	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
DIVERSAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS CONTRA O GOVERNO	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	62.400,00	4,00	63.000,00	0,96
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	31.200,00	4,00	31.500,00	0,96
ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	31.200,00	4,00	31.500,00	0,96
ALIENAÇÕES DE OUTROS BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	31.200,00	4,00	31.500,00	0,96
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	31.200,00	4,00	31.500,00	0,96
ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	31.200,00	4,00	31.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	4.670.000,00	0,00	4.670.000,00	0,00	4.856.800,00	4,00	4.903.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	3.540.000,00	0,00	3.540.000,00	0,00	3.681.600,00	4,00	3.717.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	3.190.000,00	0,00	3.190.000,00	0,00	3.317.600,00	4,00	3.349.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIA DE RECURSO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	1.090.000,00	0,00	1.090.000,00	0,00	1.133.600,00	4,00	1.144.500,00	0,96
BLOCO DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	1.090.000,00	0,00	1.090.000,00	0,00	1.133.600,00	4,00	1.144.500,00	0,96
INCENT. PARA CONSTRUÇÃO DE POLO DA ACADEMIA DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	140.000,00	0,00	140.000,00	0,00	145.600,00	4,00	147.000,00	0,96
PROGRAM. DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS - CONSTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00	0,00	780.000,00	4,00	787.500,00	0,96
QUALIFICAÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	104.000,00	4,00	105.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIA DE RECURSO DESTINADO AO PROGRAMA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00	0,00	1.300.000,00	4,00	1.312.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FINE	0,00	0,00	0,00	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00	0,00	1.300.000,00	4,00	1.312.500,00	0,96
TRANSF. DIR. - PAC II - QUADRAS	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	260.000,00	4,00	262.500,00	0,96
TRANSF. DIR. - PAC II - PROINFANCIA CONSTRUÇÃO DE C	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	52.000,00	4,00	52.500,00	0,96
TRANSF. DIR. PAR - PLANO DE AÇÃO ARTICULADA	0,00	0,00	0,00	950.000,00	0,00	950.000,00	0,00	988.000,00	4,00	997.500,00	0,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	850.000,00	0,00	850.000,00	0,00	884.000,00	4,00	892.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	364.000,00	4,00	367.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	156.000,00	4,00	157.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DESTINADOS AO PROGRAMA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	208.000,00	4,00	210.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	0,00	1.130.000,00	0,00	1.130.000,00	0,00	1.175.200,00	4,00	1.186.500,00	0,96

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2018

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS E	0,00	0,00	0,00	830.000,00	0,00	830.000,00	0,00	863.200,00	4,00	871.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO PARA PROGRAMA DE S	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	364.000,00	4,00	367.500,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO PARA PROGRAMA DE E	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	83.200,00	4,00	84.000,00	0,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	416.000,00	4,00	420.000,00	0,96
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS E DE SL	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	312.000,00	4,00	315.000,00	0,96
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	312.000,00	4,00	315.000,00	0,96
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	(4.878.000,00)	0,00	(4.878.000,00)	0,00	(5.073.120,00)	4,00	(5.121.900,00)	0,96
DEDUÇÃO DA RECEITA RESULTANTE DAS TRANSFERÊN	0,00	0,00	0,00	(4.008.000,00)	0,00	(4.008.000,00)	0,00	(4.168.320,00)	4,00	(4.208.400,00)	0,96
DEDUÇÃO DA RECEITA RESULTANTE DA PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	(4.004.000,00)	0,00	(4.004.000,00)	0,00	(4.164.160,00)	4,00	(4.204.200,00)	0,96
DEDUÇÃO DA RECEITA DO FPM - FUNDEB E REDUTOR FI	0,00	0,00	0,00	(4.000.000,00)	0,00	(4.000.000,00)	0,00	(4.160.000,00)	4,00	(4.200.000,00)	0,96
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB -	0,00	0,00	0,00	(4.000,00)	0,00	(4.000,00)	0,00	(4.160,00)	4,00	(4.200,00)	0,96
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB -	0,00	0,00	0,00	(4.000,00)	0,00	(4.000,00)	0,00	(4.160,00)	4,00	(4.200,00)	0,96
DEDUÇÃO DA RECEITA RESULTANTE DAS TRANSFERÊN	0,00	0,00	0,00	(870.000,00)	0,00	(870.000,00)	0,00	(904.800,00)	4,00	(913.500,00)	0,96
DEDUÇÃO DA RECEITA RESULTANTE DA PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	(870.000,00)	0,00	(870.000,00)	0,00	(904.800,00)	4,00	(913.500,00)	0,96
DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - IC	0,00	0,00	0,00	(800.000,00)	0,00	(800.000,00)	0,00	(832.000,00)	4,00	(840.000,00)	0,96
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - IF	0,00	0,00	0,00	(60.000,00)	0,00	(60.000,00)	0,00	(62.400,00)	4,00	(63.000,00)	0,96
DEDUÇÃO DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB - IF	0,00	0,00	0,00	(10.000,00)	0,00	(10.000,00)	0,00	(10.400,00)	4,00	(10.500,00)	0,96
TOTAL DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	49.282.000,00	0,00	49.282.000,00	0,00	51.253.280,00	4,00	53.815.944,00	5,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 15/05/2017 , às 14:59:31

ALESSANDRO RODRIGUES BRANDÃO CORREIA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 013.186.505-59

MARCELO GONÇALVES LIMA
SECRETÁRIO M. DE ADM E FINANÇAS
CPF: 005.714.725-67

MARLON SANTOS GONDIM
CONTADOR
CRC - BA 0317020-7

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2018

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	39.571.000,00	0,00	39.571.000,00	0,00	41.153.840,00	4,00	43.211.532,00	5,00
DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	23.491.000,00	0,00	23.491.000,00	0,00	24.430.640,00	4,00	25.652.172,00	5,00
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	23.491.000,00	0,00	23.491.000,00	0,00	24.430.640,00	4,00	25.652.172,00	5,00
CONTRATAÇÃO P/ TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	5.370.000,00	0,00	5.370.000,00	0,00	5.584.800,00	4,00	5.864.040,00	5,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	0,00	13.957.000,00	0,00	13.957.000,00	0,00	14.515.280,00	4,00	15.241.044,00	5,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	4.050.000,00	0,00	4.050.000,00	0,00	4.212.000,00	4,00	4.422.600,00	5,00
SENTENÇAS JUDICIAIS (PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS)	0,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00	44.000,00	0,00	45.760,00	4,00	48.048,00	5,00
DESP. EXERCÍCIOS ANTERIORES (PESSOAL E ENCARGOS)	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.480,00	4,00	13.104,00	5,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00	0,00	0,00	58.000,00	0,00	58.000,00	0,00	60.320,00	4,00	63.336,00	5,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.320,00	4,00	8.736,00	5,00
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	8.320,00	4,00	8.736,00	5,00
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.160,00	4,00	4.368,00	5,00
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.160,00	4,00	4.368,00	5,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	16.072.000,00	0,00	16.072.000,00	0,00	16.714.880,00	4,00	17.550.624,00	5,00
TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.560,00	4,00	15.288,00	5,00
SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.560,00	4,00	15.288,00	5,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	19.760,00	4,00	20.748,00	5,00
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	19.760,00	4,00	20.748,00	5,00
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	16.037.000,00	0,00	16.037.000,00	0,00	16.678.480,00	4,00	17.512.404,00	5,00
DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	369.000,00	0,00	369.000,00	0,00	383.760,00	4,00	402.948,00	5,00
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	4.160,00	4,00	4.368,00	5,00
ENCARGOS P/ HONRA DE AVAIS, GARANT., SEG. E SIMILA	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.120,00	4,00	3.276,00	5,00
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	4.014.000,00	0,00	4.014.000,00	0,00	4.174.560,00	4,00	4.383.288,00	5,00
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTIST., CIENTÍFICAS, DESP. E	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.240,00	4,00	6.552,00	5,00
MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU	0,00	0,00	0,00	339.000,00	0,00	339.000,00	0,00	352.560,00	4,00	370.188,00	5,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	92.000,00	0,00	92.000,00	0,00	95.680,00	4,00	100.464,00	5,00
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00	420.000,00	0,00	420.000,00	0,00	436.800,00	4,00	458.640,00	5,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	1.006.000,00	0,00	1.006.000,00	0,00	1.046.240,00	4,00	1.098.552,00	5,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	9.305.000,00	0,00	9.305.000,00	0,00	9.677.200,00	4,00	10.161.060,00	5,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.080,00	4,00	2.184,00	5,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	244.000,00	0,00	244.000,00	0,00	253.760,00	4,00	266.448,00	5,00
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	185.000,00	0,00	185.000,00	0,00	192.400,00	4,00	202.020,00	5,00
SENTENÇAS JUDICIAIS (QUE NÃO PESSOAL E ENCARGOS)	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	12.480,00	4,00	13.104,00	5,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	19.760,00	4,00	20.748,00	5,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	17.000,00	0,00	17.680,00	4,00	18.564,00	5,00

MUNICÍPIO DE BREJÕES - BA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
2018

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
OUTRO SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.080,00	4,00	2.184,00	5,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	9.288.000,00	0,00	9.268.000,00	0,00	9.638.720,00	4,00	10.120.656,00	5,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	8.628.000,00	0,00	8.628.000,00	0,00	8.973.120,00	4,00	9.421.776,00	5,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.560,00	4,00	15.288,00	5,00
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.560,00	4,00	15.288,00	5,00
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	8.614.000,00	0,00	8.614.000,00	0,00	8.958.560,00	4,00	9.406.488,00	5,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	262.000,00	0,00	262.000,00	0,00	272.480,00	4,00	286.104,00	5,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	6.460.000,00	0,00	6.460.000,00	0,00	6.718.400,00	4,00	7.054.320,00	5,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	1.691.000,00	0,00	1.691.000,00	0,00	1.758.640,00	4,00	1.846.572,00	5,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	162.000,00	0,00	162.000,00	0,00	168.480,00	4,00	176.904,00	5,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	18.000,00	0,00	18.720,00	4,00	19.656,00	5,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00	0,00	21.840,00	4,00	22.932,00	5,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	640.000,00	0,00	640.000,00	0,00	665.600,00	4,00	698.880,00	5,00
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	640.000,00	0,00	640.000,00	0,00	665.600,00	4,00	698.880,00	5,00
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	0,00	0,00	0,00	640.000,00	0,00	640.000,00	0,00	665.600,00	4,00	698.880,00	5,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	443.000,00	0,00	443.000,00	0,00	460.720,00	4,00	483.756,00	5,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	443.000,00	0,00	443.000,00	0,00	460.720,00	4,00	483.756,00	5,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	443.000,00	0,00	443.000,00	0,00	460.720,00	4,00	483.756,00	5,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	443.000,00	0,00	443.000,00	0,00	460.720,00	4,00	483.756,00	5,00
TOTAL DA DESPESA	0,00	0,00	0,00	49.282.000,00	0,00	49.282.000,00	0,00	51.253.280,00	4,00	53.815.944,00	5,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 21/06/2017 , às 16:01:04

ALESSANDRO RODRIGUES BRANDÃO CORREIA
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 013.186.505-59

MARCELO GONÇALVES LIMA
SECRETÁRIO M. DE ADM E FINANÇAS
CPF:005.714.725-67

MARLON SANTOS GONDIM
CONTADOR
CRC - BA 031702/O-7